

volume

19

Dezembro/2013

ISSN 1516-2095
ICH - UFPel

História em revista

revista do núcleo de documentação histórica



OS GUARANIS MISSIONEIRAS E A "INDÚSTRIA" DA GUERRA: COMUNIDADES INDÍGENAS E TRABALHO NAS MISSÕES DURANTE AS INDEPENDÊNCIAS DAS COLÔNIAS DO RIO DA PRATA

Max Roberto Pereira Ribeiro¹

Resumo: Esta comunicação tem como objetivo apresentar as características sócio-profissionais referentes aos guaranis das Missões Orientais com base na Lista de Ocupações de Todas as Pessoas Empregadas na Província de Missões, redigida em 1810. O documento foi elaborado durante a administração do comandante Francisco das Chagas Santos o qual pretendia recrutar trabalhadores, fossem índios ou portugueses, para defesa do território missioneiro tomado da Espanha e anexado aos domínios da Coroa Portuguesa pelos luso-brasileiros em 1801. A região se via ameaçada em virtude da onda revolucionária provocada pela independência das províncias do rio da Prata iniciada em maio de 1810. Utilizando a perspectiva quantitativa, foram analisados os 1638 sujeitos recenseados entre os quais eram 1372 (83%) guaranis, 233 (14%) portugueses e 53 (3%) escravos. Junto desta análise foram agregados outros dados retirados da Relação de Soldo a se Pagar ao Regimento Guarani o que possibilitou medir o impacto da guerra sobre os índios, bem como, evidenciar a participação destes sujeitos, como trabalhadores que alimentavam o esforço de guerra luso-brasileiro e como milicianos das tropas de defesa do território missioneiro. Conclui-se que foi a exploração da mão-de-obra dos índios guaranis que garantia a geração dos recursos destinados à logística de guerra, o que levou a exaustão econômica dos povos missioneiros.

Palavras-chave: Guerra, Guaranis, trabalhadores

Introdução

Em 1810, iniciava um dos períodos mais conturbados da história missioneira. No outro lado do rio Uruguai, além da margem ocidental, ocorria instabilidades político-sociais provocadas pelo rompimento das colônias espanholas do Vice-Reinado do Rio da Prata com sua metrópole, a Espanha. Da capital do vice-reinado, Buenos Aires, partia um grande projeto centralizador, levado a cabo pela elite portenha o qual visava estender seu domínio às demais províncias (HALPERÍN DONGHI, 1994). As instabilidades eram causadas pelas dúvidas quanto ao sistema de governo que deveria ou não ser adotado nestas províncias o que provocou uma série de disputas armadas.

Estas instabilidades afetaram de modo irreversível a realidade econômica, política e social das Missões de guaranis localizadas nos limites entre as colônias espanholas sublevadas com Império Português na América Meridional. Estes territórios foram tomados da Espanha, em 1801, pelos luso-brasileiros e anexando às possessões lusitanas definitivamente. A revolução de

¹Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Doutorando em História, Bolsista CAPES/PROSUP, E-mail: maxrpribeiro@gmail.com

independência das colônias espanholas, iniciada em maio de 1810, instaurou uma conjuntura de incertezas não só no lado ocidental, como também do lado oriental do rio Uruguai. A concentração de tropas em Japeju, no lado castelhano da fronteira, colocou em alerta o comandante da fronteira de Missões, o marechal Francisco das Chagas Santos.

Tomando por precaução, ele decidiu reforçar todas as guardas existentes na margem oriental do rio Uruguai. O aumento do efetivo de milicianos fazia parte da política militarista do marechal Chagas que tinha por objetivo melhor guarnecer fronteira. Passou, a partir disso, a recrutar índios guaranis e moradores portugueses para compor as forças de defesa daquele território. Assim sendo, este artigo tem como objetivo, apresentar as características sócio-profissionais dos guaranis, bem como, caracterizar os índios recrutados e empregados na milícia formada com índios: o Regimento de Guarani.

Esta análise parte de duas fontes distintas. Uma é a Lista de Todas as Pessoas Empregas na Fronteira de Missões (1810). A outra é a Relação de Soldo a se Pagar a Cavalaria Miliciania Guarani (1812-1815). Estas listas foram analisadas à luz de metodologia quantitativa e nominal onde se buscou traçar o perfil sócio-profissional dos milicianos guaranis com base no cruzamento nominativo das fontes conforme as formulações da micro-história-italiana (GIZNBURG, 1989).

O Recrutamento e a Indústria de Guerra

Frente ao quadro de instabilidades e a possibilidade de invasão castelhana às Missões, o marechal Chagas remeteu ofício ao governador do Rio Grande, Dom Diogo de Sousa, alegando que o estado das guarnições e dos efetivos de toda fronteira eram precários. Segundo o marechal, havia apenas 82 soldados e outros 34 milicianos para guarnecer 60 léguas de fronteira e que os milicianos encontravam-se mal pagos e deficientes em armamentos e rações de carne, enquanto que os espanhóis contavam com mais de 600 homens bem armados.

Chagas Santos ainda relatou que as forças espanholas se concentraram nas guardas à margem direita do rio Uruguai com mais de 25 peças de artilharia distribuídas em vários calibres. O comandante temia que houvesse ataque dos espanhóis alertando ao governador Dom Diogo de Sousa sobre o seguinte:

Estas providências ou sejam para se defenderem ou são para nos atacarem, já estão na sua fronteira, e quando eu souber ou observar algum movimento contra nós, pode suceder que não haja tempo de recorrer, alcançar Vossa Excelência ou mesmo do comandante da fronteira do Rio Pardo as providências, socorros necessários a esta fronteira que dista de Porto Alegre 100

léguas e de Rio Pardo 80 de caminho até a Serra de São Martinho no espaço de 30 léguas e cortando vários rios de nado e outros difíceis de atravessar em tempo de chuvas, além da sobredita serra que atravessa no espaço de 2 léguas.²

Chagas Santos esboçou um quadro lastimável em relação ao estado da defesa do território missioneiro no qual, além da deficiência de efetivos, havia também os complicadores da logística ocasionados pelos limites naturais que dificultavam o deslocamento às tropas de outros lugares. O comandante ponderou que aquela fronteira era a mais despovoada e a mais exposta a ataques e, por tal razão, não havia motivos para ser menos guarnecida do que a fronteira do Rio Pardo. Frente a todas estas adversidades, Chagas Santos resolveu aproveitar os moradores da fronteira inserindo-os em milícias visando defender o território missioneiro.

O marechal estava convencido de aumentar o efetivo miliciano da fronteira. Ele acreditava que poderia obter mais de 700 homens, distribuídos entre portugueses e guaranis. Francisco das Chagas Santos mandou recrutar os trabalhadores indígenas considerados robustos e capazes de ingressar nas milícias missionárias. Havia a ressalva de não se ocupar, contudo, todos os guaranis com o ofício de tecelão e carpinteiro.³O recrutamento se deu em maior grau sobre os índios com o ofício de agricultor.⁴

Para melhor compreender este processo é necessário ater-se à lista de ocupações feita no mesmo ano de 1810, a mando do marechal Chagas. No cabeçalho do documento consta sua natureza, Lista das Pessoas Empregadas em Todas as Classes Nesta Província de Missões.⁵ Este documento é basicamente um recenseamento nominal o qual abarca apenas a população masculina, em virtude de ter sido feita, muito provavelmente, para o recrutamento, constando nela os nomes, local de moradia e as ocupações dos sujeitos nela recenseados. A lista é dividida por Povos – Santo Ângelo, São Borja, São João, São Lourenço, São Luiz, São Miguel e São Nicolau – onde se observa três campos que foram distribuídos em nome, ocupação e habitação.

A listagem, antes de tudo, expressa em linhas mais ou menos precisas a estrutura social missionária. Na lista constam 1658 sujeitos entre os quais se encontram 1372 (83%) moradores guaranis, 233 (14%) moradores portugueses e 53 (3%) moradores escravos. Em números e percentuais gerais, nota-se que a maior parte dos homens era empregada na agricultura. Outra parcela

²AHRS. Fundo Autoridades. Militares. Francisco das Chagas Santos. Agosto de 1810, maço 16

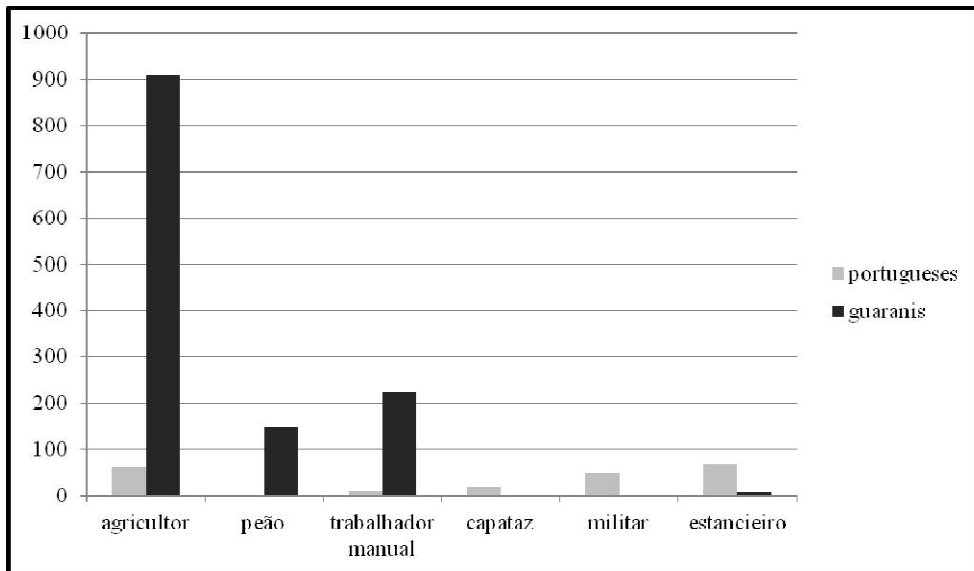
³AHRS. Fundo Autoridades. Militares. Francisco das Chagas Santos. Agosto de 1809, maço 16.

⁴AHRS. Fundo Autoridades. Militares. Francisco das Chagas Santos. Agosto de 1810, maço 16.

⁵AHRS. Fundo Autoridades. Militares. Francisco das Chagas Santos. Dezembro de 1810, maço 16.

importante da mão de obra masculina missioneira desenvolvia atividade de peão nos trabalhos manuais, tais como a tecelaria, carpintaria, olaria entre outras. Embora a lista sobre-represente a população masculina, parece evidente que a principal atividade econômica nas Missões era a agricultura, como se pode ver abaixo:

Gráfico "1": Ofícios dos Moradores Portugueses e Guaranis nas Missões em 1810



Fonte: AHRG. Fundo Autoridades Militares. Francisco das Chagas Santos.

Dezembro de 1810, maço 16.

O gráfico acima nos ajuda a visualizar a composição social geral nas Missões.⁶ Nota-se a esmagadora presença dos homens guaranis entre os agricultores, a ausência de portugueses entre os peões e a forte presença dos índios nos trabalhos manuais.⁷ Por trabalhador manual se entende todos aqueles sujeitos classificados na lista como tecelão, alfaiate, curtidor, oleiro,

⁶Na lista constam os nomes de 53 escravos que foram excluídos da análise por não haver referências aos seus ofícios.

⁷Estes ofícios eram desenvolvidos por mão de obra especializada e exigiam habilidades manuais. Roberto Guedes (2006) ao estudar os ofícios desempenhados por escravos no rio de Janeiro e São Paulo, também notou semelhantes atividades, classificando-as como ofícios mecânicos. Nota-se, com isso, uma correspondência entre o que foi postulado por Guedes e os dados presentes na lista de ocupações.

padeiro, carpinteiro, ferreiro, sapateiro entre outros. Entre os capatazes de estâncias e militares há ausência de guaranis, já entre os classificados como estancieiros encontra-se 69 portugueses e sete nomes de guaranis.

O termo estancieiro, segundo o dicionário da língua portuguesa de Antonio Moraes Silva (1789), foi peculiar para o contexto da América do Sul. Este termo era associado ao criador de gado não especificando se de pequeno médio ou grande porte. Possivelmente, o emprego desta expressão, na lista de ocupações, foi de modo genérico estendendo-se a todos aqueles sujeitos que desenvolviam a atividade da criação de gado o que vai ao encontro do que postulou Helen Osório (2007). Isso, no entanto, não caracterizaria ainda as grandes unidades produtivas que se configurariam na segunda metade do século XIX, em especial na campanha sul-rio-grandense.

Quanto à ausência de guaranis como militares, porém não representa a inexistência de índios armados empregados na defesa, pois já havia guaranis preenchendo as fileiras das milícias missioneiras. Estas milícias já existiam desde o período missional e, depois de 1801, os administradores portugueses instituíram o pagamento de soldo aos milicianos guaranis (GARCIA, 2007). Chagas Santos, comandante da fronteira, já contava com 200 guaranis os quais se encontravam destacados pelas diversas guardas da fronteira de Missões o que, muito provavelmente, provocou a falta destes índios na lista.

O dado mais significativo do gráfico “1” indica que a agricultura tinha grande peso na estrutura social e, muito provavelmente, também na estrutura econômica missioneira. Conforme os dados apresentados por Juan Carlo Garavaglia (1983), os Povos da margem oriental do rio Uruguai eram grandes produtores de algodão e erva mate no século XVIII. Boa parte do excedente desta produção missioneira era comercializada com Buenos Aires e Santa Fé. Garavaglia, com isso, identificou um circuito comercial no qual as Missões Orientais se inseriam na lógica colonial espanhola destinando grande parte de sua produção ao mercado interno na região platina.

Traços deste comércio entre as Missões e Prata ainda eram visíveis as primeiras décadas do século XIX. Em 1810, Chagas Santos formou um regimento de cavalaria composto de guaranis, o qual foi batizado pelo comandante de Regimento de Milícias Guaranis a Cavalo.⁸ Conforme a relação de soldo a se pagar aos milicianos guaranis, em 1812, havia 470 índios com soldo a receber, entre março e agosto de 1812.⁹No ano seguinte, Chagas Santos respondeu ao Governador do Rio Grande em respeito à acusações

⁸AHRG. Fundo Autoridades Militares. Francisco das Chagas Santos. Agosto de 1811, maio 24.

⁹AHRG. Fundo Autoridades Militares. Francisco das Chagas Santos. Agosto de 1812, maio 26. A relação de soldo representa apenas os milicianos com soldo a receber, não significando, portanto, que houvesse apenas 470 índios no regimento.

dirigidas contra ele referente à compra de cavalos para uso particular pagos com varas de algodão produzido pelos guaranis.¹⁰ O comandante, em sua autodefesa, alegou ter usado as varas para comprar cavalos que seriam destinados ao Regimento de Guaranis.

Chagas Santos, em sua defesa, lembrou que o Cirurgião Henrique José Peixoto, encarregado da compra dos cavalos, tinha permissão especial do próprio Governador para ir ao outro lado do rio Uruguai permutar diversos gêneros, produzidos pelos índios nas Missões, por cavalos novos e mansos os quais eram comprados a sete varas de algodão cada um.¹¹ O dito Cirurgião comprou um total de 413 cavalos como demonstra uma série de documentos comprobatórios emitidos pelos administradores e corregedores dos Povos. Contudo, Chagas Santos informou a compra de 428 animais o que daria uma diferença de 15 cavalos do total comprado. Excedente que possivelmente seria usado de modo particular pelo marechal.

Seja como for, o importante a ser destacado é a existência de um mercado de guerra onde operava um sistema de trocas em que circulavam gado vacum e cavalos das províncias do Rio da Prata e panos de algodão e erva-mate de produção missioneira. O que pode se perceber é que a produção dos índios foi drenada para uma logística de guerra, o que muito provavelmente, afetou a subsistência dos Povos. Neste sentido, as comunidades indígenas podem ter adquirido grande importância aos luso-brasileiros uma vez que ajudavam a galgar recursos para o esforço de guerra.

Além de desviar recursos materiais das comunidades para guerra, os luso-brasileiros também recrutaram os trabalhadores guaranis, o que também, possivelmente, acabaria por afetar as comunidades diminuindo seu contingente de mão de obra. É possível medir o impacto do recrutamento sobre as comunidades realizando um procedimento simples de contabilidade dos ofícios dispostos na lista de ocupações de todos os guaranis que nela foram assentados. Em seguida, fazendo um cruzamento desta lista com a relação de

¹⁰AHRG. Fundo Autoridades Militares. Francisco das Chagas Santos. Dezembro de 1813, maço 37.

¹¹A vara de algodão refere-se a unidade de medida portuguesa conhecida como vara a qual

media	1.10cm.	Fonte:
-------	---------	--------

<http://www.csarmento.uminho.pt/docs/sms/exposicoes/CatPesosMedidas.pdf>. No dicionário da língua portuguesa de Antonio de Moraes Silva, de 1789, há esta mesma relação da vara como medida de pano. Ver: SILVA, Antonio de Moraes. Dicionário da Língua Portuguesa Composto pelo Padre Rafael Bluteau, Reformando e Acrescentado por Antonio de Moraes Silva, natural do Rio de Janeiro. Oficina de Simão Tadeu Ferreira: Lisboa, 1798, Tomo Segundo.

soldos a pagar ao Regimento Guarani, é possível de se traçar um perfil dos índios que foram recrutados.

Focando, primeiramente, na lista de ocupações, contabilizamos os ofícios de todos os moradores guaranis nela assentados. A partir destes dados nota-se que a ampla maioria dos índios desempenhava o ofício de agricultor, chegando a 72% de todos os guaranis recenseados (1372). O restante se dividia entre trabalhadores manuais (17%) e peões (11%).

Algumas considerações devem ser feitas em relação a esta classificação. Não há referências diretas quanto ao tipo de agricultura praticada pelos guaranis neste período. Entretanto, se pode sugerir que os agricultores guaranis assentados na lista de ocupações desenvolviam suas atividades na produção do algodão e da erva-mate que eram os principais gêneros produzidos nas Missões.

Embora a produção da erva-mate, por exemplo, estivesse associada ao extrativismo, onde se poderia explorar os ervais naturais, o beneficiamento da folha para o consumo, passava por diversas etapas envolvendo, por sua vez, diversos trabalhadores (GARAVAGLIA, 1983). No dicionário da língua portuguesa de Antonio de Moraes (1789), por exemplo, o significado de agricultor está associado ao trabalho com a terra, não havendo diferenciação quanto ao tipo de produção. O que se pode notar é que não havia por parte do recenseador dos índios, quanto aos seus ofícios, uma definição clara com relação ao emprego deste termo.

O uso genérico desta expressão, no entanto, pode ter ocultado uma complexa cadeia produtiva que poderia ir da produção de alimentos até o plantio e colheita do algodão e beneficiamento da erva-mate. Todos estes eram produtos usados como moeda de troca pelo marechal Chagas em tempos de guerra. Nota-se, com isso, que as consequências dos embates na fronteira afetaram diretamente o sistema produtivo missioneiro. Contudo, em todo este processo houve participação dos índios de diversos modos. Os dados mostram, por exemplo, que uma parcela da elite indígena permaneceu nas Missões mesmo em tempos de crise.

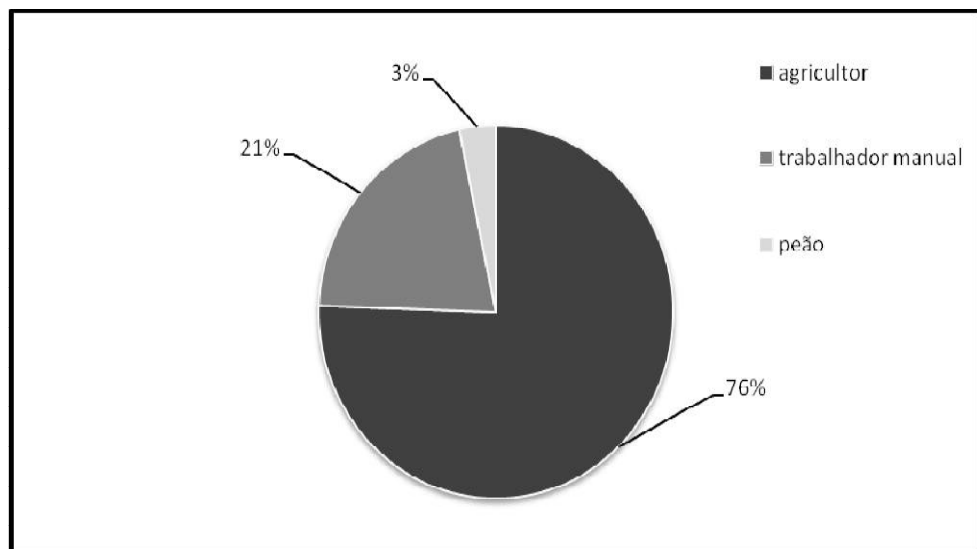
Na lista de ocupações, por exemplo, há 59 nomes de guaranis assentados como cabidante e agricultor.¹² Este dado indica que a agricultura além de estruturante na sociedade missioneira era também exercida por membros da burocracia indígena. Há ainda outros 21 guaranis, todos

¹²Os cabidantes, desde os tempos da presença jesuítica entre os índios eram a principal autoridade indígena nas Missões. Eles eram responsáveis pela administração política e social dos índios junto à administração colonial. Este cargo, nas Missões, perdeu entre os índios até pelo menos as três primeiras décadas do século XIX como sugerem os indícios encontrados nas fontes.

classificados como agricultores, que foram recenseados com o nome precedido do distintivo Dom, que era antigo título nobiliárquico espanhol. Além dos cargos nos cabildos, outra forma possível de se notar a presença de índios nos eventos históricos ocorridos na fronteira é a inserção nas milícias.

Se compararmos o total de índios recenseados na lista de ocupações (1372) com o total de milicianos guaranis com soldo a receber (470) tem-se que 26% dos índios estavam integrando as milícias. Isto significa dizer que pelo menos um quarto da população indígena masculina foi envolvida diretamente na guerra. Entre esta população foi possível encontrar 195 que se correspondem na lista de ocupações e na relação de soldo.¹³ Este procedimento permite traçar um perfil ocupacional dos guaranis que foram recrutados como demonstra o gráfico a seguir:

Gráfico 2: Perfil Ocupacional dos Guaranis Recrutados



Fonte:AHRG. Fundo Autoridades Militares. Francisco das Chagas Santos. 810/1812, maços 16 e 26.

¹³Estima-se que este número possa ser bem maior, pois há muitos problemas em relação à grafia dos sobrenomes guaranis o que dificulta encontrá-los nos diferentes documentos.

Nota-se que a ampla maioria dos guaranis recrutados (136/76%) possuía o ofício de agricultor. Estes índios foram empregados na Cavalaria Miliciania Guarani. Pelos dados da relação de soldo podemos esboçar como se estruturava este Regimento. Ele se encontrava dividido em oito companhias e cada uma delas possuía de 62 a 64 milicianos, um capitão, um tenente, entre dois a quatro furiéis, cinco cabos e o restante de soldados; todos estes postos eram ocupados por índios guaranis. Ao todo eram oito companhias: a 1ª e a 2ª do Povo de São Borja, a 3ª e a 5ª do Povo de São Nicolau, a 4ª do Povo de São Luiz – todas com 64 postos cada – a 6ª do Povo de São Miguel, a 7ª do Povo de São João e 8ª do Povo de Santo Ângelo, cada uma com 62 postos.¹⁴

As companhias somadas atingiam 512 postos, contudo, na relação dos milicianos com soldo a receber, apenas constam 470 nomes, muito provavelmente porque a 7ª companhia de cavalaria, que era do Povo de São João, não tinha soldo a receber, já que foi a única não referida na relação. Entre os 24 oficiais guaranis os quais foram propostos pelo comandante Chagas Santos para o comandando destas companhias, apenas dois não eram agricultores.¹⁵Pela relação de soldos, foi possível encontrar 18 oficiais: seis capitães, seis tenentes e seis alferes. Entre estes apenas dois não eram agricultores.

No grupo dos oficiais se encontra o cabildante e capitão corregedor do Povo de São Borja, o guarani João da Cruz, que também foi interinamente administrador daquele Povo. Segundo o que ponderou Chagas Santos, o índio foi escolhido para desempenhar esta função por ser considerado o mais capaz e também porque, segundo ele, o Povo não tinha fundos para pagar os 12.000 réis mensais a um administrador português. Por tal razão, Chagas Santos combinou com João da Cruz em lhe dar 10 arrobas de algodão a cada 100 que colhesse da nova colheita como pagamento para administrar aquele Povo.¹⁶

O capitão João da Cruz foi substituído um mês e meio depois de ter assumido o cargo pelo administrador Sabino José de Almeida, nomeado diretamente pelo Governador Dom Diogo de Sousa, pela razão do guarani não vencer o ordenado mensal que era exigido. A administração deste sujeito, entretanto, não agradou o comandante Chagas Santos, por não ter o administrador, segundo o comandante, colhido o algodão no tempo certo, deixando-o estragar, fato que levou o comandante Chagas a afastar Sabino José Almeida da administração daquele Povo.

¹⁴AHRG. Fundo Autoridades Militares. Francisco das Chagas Santos. Abril de 1811, maço 24.

¹⁵Este resultado foi obtido através do cruzamento dos nomes propostos como oficiais com os nomes da lista de ocupações.

¹⁶AHRS. Fundo Autoridades Militares. Francisco das Chagas Santos. Abril de 1813, maço 37.

O comandante, em resposta ao Governador, explicou que o Povo de São Borja era o mais atrasado e pobre em relação aos outros e, por este motivo, João da Cruz não vencia a receita mensal exigida. Disse também que o trato feito com o índio teria sido em virtude de ele ter demonstrado interesse pela colheita do algodão.¹⁷ Assim, Chagas Santos encontrava uma solução fiscal para a falta dos 12.000 réis de salário pago a um administrador português, colocando um índio como administrador o qual tinha participação na distribuição dos recursos.

João da Cruz não foi o único guarani empregado como administrador nas Missões. Em janeiro de 1811, Chagas Santos enviou um relatório ao Governador Dom Diogo de Sousa em respeito às atividades de todos os administradores. No relatório figura o nome de Santiago Pindó, administrador interino e corregedor do Povo de São Luiz. Pela lista das ocupações, nota-se que Pindó permaneceu no cargo por no mínimo um ano. Chagas Santos pretendia substituí-lo por “[...] faltar-lhe um certo manejo para as compras e as vendas do mesmo Povo o qual precisa de outro administrador voltando a ser corregedor o mesmo Pindó”.¹⁸

Estes dados também dão resquícios de uma diminuta elite indígena que continuou residindo no território missioneiro. A permanência desta elite nas Missões pode estar associada mais à ideia de que decidiram permanecer por sua escolha junto de suas famílias desempenhando suas funções junto à administração dos Povos e menos à ideia de que eles tenham ficado constringidos em abandonar o território missioneiro.

Considerações Finais

A conquista das Missões, em 1801 pelos luso-brasileiros, não representou o fim imediato dos índios guaranis, tampouco de sua história ou de sua capacidade de reagir e elaborar estratégias de sobrevivência e adaptação à nova conjuntura sócio-política missioneira que se instaurou após a conquista. Os novos espaços ou as fraturas daquele sistema possibilitava aos guaranis margem condições que lhes asseguravam alguma autonomia, principalmente nos períodos de guerra. A própria história missioneira e as diversas estratégias indígenas foram forçadas em meio a grandes instabilidades bélicas que constantemente obrigavam aqueles sujeitos a se reordenarem naquele mundo.

¹⁷AHRS. Fundo Autoridades Militares. Francisco das Chagas Santos. Dezembro de 1813, maço 37.

¹⁸AHRS. Fundo Autoridades Militares. Francisco das Chagas Santos. Janeiro de 1811, maço 24.

Isso é perceptível, de forma mais intensa, nos anos que se seguiram à revolução de maio, em Buenos Aires, no de 1810, que culminou com a independência das colônias espanholas do rio da Prata. Este foi o estopim das mais importantes mudanças sócio-políticas nas Missões durante as primeiras duas décadas do século XIX. Os chefes militares luso-brasileiro, encarregados do governo dos índios, a partir daquele ano, instauraram uma forte e famigerada logística de guerra que consumiu a produção dos guaranis, dificultando a subsistência.

Implantou-se o recrutamento e criou-se o regimento de guaranis, provocando a redução do número de trabalhadores indígenas e conseqüentemente, comprometendo ainda mais a produção indígena. Foi, porém, o envolvimento dos índios com seu trabalho no algodão e na erva-mate que proporcionou a manutenção da indústria de guerra luso-brasileira. Esta indústria tinha como combustível os braços indígenas que levantaram armas na defesa do território missioneiro e ao mesmo tempo sustentavam as tropas com gêneros oriundos do seu trabalho.

Fontes

Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHRS)

Francisco das Chagas Santos. Agosto de 1809, maço 16.

Francisco das Chagas Santos. Maio de 1810, maço 16.

Francisco das Chagas Santos. Julho de 1810, maço 16.

Francisco das Chagas Santos. Agosto de 1810, maço 16.

Francisco das Chagas Santos. Novembro de 1810, maço 16.

Francisco das Chagas Santos. Dezembro de 1810, maço 16.

Francisco das Chagas Santos. Lista de Todas as Pessoas Empregadas na Província de Missões. Dezembro de 1810, maço 16

Francisco das Chagas Santos. Janeiro de 1811, maço 24.

Francisco das Chagas Santos. Abril de 1811, maço 24.

Francisco das Chagas Santos. Agosto de 1811, maço 24.

Francisco das Chagas Santos. Lista de Soldo a se Pagar ao Regimento de Cavalaria Miliciano Guarani. Agosto de 1812, maço 26.

Francisco das Chagas Santos. Abril de 1813, maço 37.

Francisco das Chagas Santos. Dezembro de 1813, maço 37.

Francisco das Chagas Santos. Maio de 1815, maço 54.

Francisco das Chagas Santos. Maio de 1817, maço 62.

Referências Bibliográficas

CERUTTI, Simona. Processo e Experiência: indivíduos, grupos e identidades em Turim no século XVII. In: REVEL, Jacques (org.). **Jogos de escalas: a experiência da microanálise.** Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

_____. A construção das Categorias Sociais. In: BOUTIER, Jean e JULIA, Dominique (orgs.). **Passados recompostos: campos e canteiros da História.** Rio de Janeiro: Editora UFRJ – Editora FGV, 1998.

FRADKIN, Raúl; GARAVAGLIA, Juan Carlos. **La Argentina colonial: El Río de la Plata entre los siglos XVI y XIX.** Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2009.

GARAVAGLIA, Juan Carlos. **Mercado Interno y Economía Colonial: Tres siglos de historia de la yerba mate.** México: Grijalbo, 1983.

GARCIA, Elisa Frühauf. **As Diversas Formas de Ser Índio: políticas indígenas e políticas indigenistas no Extremo Sul da América Portuguesa.** Rio de Janeiro: UFRJ, 2007. (Tese de Doutorado).

GINZBURG, Carlo. O nome e o como: troca desigual e mercado historiográfico. In: **A microhistória e outros ensaios.** Lisboa/Rio de Janeiro: Difel/ Bertrand Brasil, 1989.

_____. **Raízes de um paradigma indiciário.** 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GUEDES, Roberto. Ofícios Mecânicos e Mobilidade Social: Rio de Janeiro e São Paulo (séc. XVII-XVIII). **TOPOI:** Rio de Janeiro, v. 7, n. 13, p. 379-423, jul./dez. 2006.

HALPERÍN DONGHI, Tulio. **Revolución y Guerra: formación de una elite dirigente en la Argentina Criolla.** Argentina: Siglo XXI Editores S.A., 1994 [1972].

_____. **Historia Argentina de la Revolución de Independencia a la Confederación Rosista.** Buenos Aires: PAIDOS, 2007.

LEPETIT, Bernard. Sobre a escala na história? In: REVEL, Jacques (Org.). **Jogos de escalas: a experiência da microanálise.** Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998.

OSÓRIO, Helen. **O Império Português no Sul da América: estancieiros,**

lavradores e comerciantes. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2007.

ROSENTHAL, Paul-André. Construir o macro pelo micro: Frederik Barth e a microstoria. In: REVEL, Jacques (Org.). **Jogos de escalas: a experiência da microanálise**. Rio de Janeiro : Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Viagem ao Rio Grande do Sul**. Brasília: Senado Federal, 2002.

SILVA, Antonio de Moraes. **Dicionário da Língua Portuguesa Composto pelo Padre Rafael Bluteau, Reformando e Acrescentado por Antonio de Moraes Silva, natural do Rio de Janeiro**. Oficina de Simão Tadeu Ferreira: Lisboa, 1798, Tomo Segundo

WILDE, Guillermo. **Religión y Poder en las Misiones de Guaraníes**. Buenos Aires: SB, 2009.

Abstract: This communication aims to present the socio-professional regarding the Guarani Missions East-based Occupations List of All Persons Employed in the Province of Misiones, written in 1810. The document was prepared during the administration of commander Francisco das Chagas Santos which wanted to recruit workers were Indians and Portuguese, for the defense of the territory of Spain missionary taken and attached to the areas of the Portuguese Crown by the Luso-Brazilians in 1801. The region saw himself threatened on account of the revolutionary wave caused by the independence of the provinces of the River Plate began in May 1810. Using a quantitative perspective, we analyzed the 1638 subjects who were surveyed between 1372 (83%) Guarani, 233 (14%) and Portuguese 53 (3%) slaves. Together this analysis were aggregated other data taken from the ratio Soldo to pay to the Guarani Regiment which allowed measuring the impact of war on the Indians, as well as highlight the participation of these individuals, as workers that fed the war effort Luso-Brazilian and as militia troops to defend the territory missionary. The conclusion was that the exploitation of labor, the work of the Guarani Indians that guarantee the generation of resources for logistics of war, which led to economic exhaustion of peoples missionaries.

Keywords: War, Guarani, workers
